

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Pacote pró-caminhoneiro não empolga	2
Título: Aramco vai ao mercado valendo de US\$ 1,6 tri a US\$ 1,7 tri	4
Título: Avanço da China preocupa executivos de siderúrgicas da AL	7
Título: Importações de alumínio devem atingir 150 mil toneladas este ano	8
Título: Curta.....	10
Título: Preço do etanol vai subir na entressafra, preveem usinas.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Subsídio a painéis solares chegará a R\$ 1 bi em 2 anos	12
Título: Mudança em regra pode colocar freio à expansão do setor	13
Título: Gerando problemas e distribuindo custos.....	14
Título: Universidade diz ter achado navio suspeito	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: MESMA HISTÓRIA	16
Título: China com realismo.....	17
Título: Caso no STF sobre posto de combustível leva a julgamento tenso à Procuradoria	19
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Imagem de satélite aponta outro navio suspeito por derramamento de óleo	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch — De Brasília****Título: Pacote pró-caminhoneiro não empolga**

Lançado pelo governo Jair Bolsonaro no início do ano como vacina para tentar evitar uma nova greve, o pacote de medidas para os caminhoneiros teve pouco resultado até agora. Sete meses depois, a linha de crédito de R\$ 500 milhões aberta pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetivou apenas 12 empréstimos, que totalizam R\$ 350 mil. Já o chamado “cartão caminhoneiro”, que garante preço fixo do diesel por 30 dias, tem baixa procura.

A categoria voltou a ganhar as atenções recentemente, depois que vídeos circularam pelas redes sociais. Neles, caminhoneiros inconformados ameaçavam parar o país caso o Supremo Tribunal Federal (STF) declarasse inconstitucional a prisão após condenação em segunda instância. Foi exatamente o que o STF fez, mas não houve reação dos caminhoneiros. Mesmo não descartando novas paralisações, segundo o **Valor** apurou, a categoria não quer vincular qualquer manifestação a um descontentamento político. A principal demanda dos caminhoneiros continua a ser o preço mínimo do frete, outra questão que também está nas mãos do STF.

Desde o início do ano, a proximidade de líderes dos caminhoneiros com o governo facilitou a abertura de um canal de diálogo. O presidente Jair Bolsonaro chegou a determinar a suspensão momentânea de um reajuste do preço do diesel pela Petrobras, e em abril lançou um conjunto de medidas que ainda não vingou.

Uma delas, voltada aos autônomos que têm dificuldades de fazer manutenção dos veículos, foi uma linha de crédito do BNDES que teve seu limite de financiamento ampliado de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil por motorista. O banco reservou R\$ 500 milhões para os empréstimos.

Ao anunciar a medida, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil seriam os primeiros a oferecer aos clientes as condições especiais. No entanto, até agora as instituições não tiveram interesse em operar a linha do BNDES.

“A linha é simples de operar, os bancos já conhecem a plataforma, e recurso não é o problema. A gente está o tempo inteiro mostrando aos bancos a importância de operar, mas realmente é uma decisão deles”, afirmou ao **Valor** o

chefe do Departamento de Clientes e Relacionamento Institucional do BNDES, Tiago Peroba.

Consultados pela reportagem, os bancos informaram que não há previsão de oferecer o produto. Ambos possuem programas próprios voltados aos caminhoneiros.

Peroba ponderou que a linha ainda passa por um período de “adaptação e maturação”, e tem expectativa de que o interesse de agentes financeiros seja maior a partir do ano que vem. Até agora, estão credenciadas duas cooperativas, Sicredi e Cresol, e a Agência de Fomento do Paraná, que foi a primeira a conceder um empréstimo na modalidade.

“Desde que começamos a oferecer, tivemos 25 pessoas que procuraram. Uma só teve sucesso. Houve muito pedido de informação no início, depois foi diminuindo”, disse o gerente de mercado da agência do Paraná, Luciano Martins.

Segundo ele, as taxas do BNDES são mais atrativas que as dos demais programas oferecidos pela agência, mas a característica da atividade dos caminhoneiros exige maiores garantias. Também pesa o fato de muitos motoristas possuírem veículos alienados e não apresentarem avalistas com renda compatível.

“Lá no início eu disse que não ia adiantar. Realmente não funciona porque 80% da categoria já tem restrição. A gente precisa é de renegociação de dívida”, reclamou o motorista Wallace Landim, o Chorão, um dos líderes dos caminhoneiros em Goiás.

Questionado, o governo federal se manifestou por meio da Casa Civil, que admitiu, em nota, que “a operação mostrou-se cara, com juros mais altos do que os praticados por outros bancos, que optaram por trabalhar com suas próprias fontes de financiamento”.

A tentativa do governo de dar previsibilidade aos preços do óleo diesel também não é um grande sucesso na categoria. Até agora, segundo a BR Distribuidora, o “cartão caminhoneiro”, que garante preço fixo durante 30 dias, recebeu a inscrição de 15 mil motoristas, o que significa em torno de 1,5% do total de caminhoneiros autônomos do país, segundo dados da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA). A BR Distribuidora não soube informar quantos motoristas já fizeram uso do recurso.

“Eu não tenho conhecimento de nenhum motorista que esteja usando. Isso não foi um atrativo. É como se fosse um cartão fidelidade pré-pago, e de repente no

trajeto o motorista encontra até um óleo mais barato”, afirmou o presidente da CNTA, Diumar Bueno.

Além do endividamento e do alto custo do combustível, os motoristas cobram mais rigor na aplicação da tabela do frete, implementada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). São constantes as reclamações de que os parâmetros são descumpridos e que não há fiscalização adequada. A ANTT, por sua vez, informou que “vem realizando várias ações de fiscalização para verificar o cumprimento do piso mínimo de frete”. Segundo a agência, neste ano foram lavrados 18.453 autos de infração.

Embora manifestem descontentamento com as ações do Executivo, líderes da categoria afirmam que a relação com o governo federal melhorou desde que Bolsonaro assumiu a Presidência. Os canais de diálogo estão abertos, principalmente no Ministério de Infraestrutura, no qual foi instalado um grupo de acompanhamento.

A insatisfação entre os motoristas, contudo, tem crescido. “É um barril de pólvora, basta um acender uma faísca. Estamos muito perto do estágio de explodir uma paralisação. O governo prometeu muita coisa e não cumpriu”, alertou o presidente da CNTA.

O Ministério da Infraestrutura informou que mantém diálogo periódico com motoristas. E ainda que as soluções para os problemas são complexas e implicam necessidade de alterações legais. O ministério negocia com a área econômica uma forma de retirar atravessadores na contratação de autônomos e, com a Caixa, o refinanciamento de dívidas de 30 mil motoristas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Simeon Kerr, Anjli Raval e Arash Massoudi — Financial Times, de Dubai e Londres

Título: Aramco vai ao mercado valendo de US\$ 1,6 tri a US\$ 1,7 tri

A Arábia Saudita reduziu drasticamente a oferta pública inicial (IPO) de sua gigante estatal de petróleo, depois da reação morna dos investidores internacionais a seus planos ambiciosos. O reino revelou neste domingo que vai tentar obter entre US\$ 24 bilhões e US\$ 25,6 bilhões com a entrada da Saudi Aramco na Bolsa de Valores, uma fração dos US\$ 100 bilhões que esperava conseguir antes.

A Aramco vai colocar no mercado apenas 1,5% do total de suas ações, a um preço que considerará o valor da empresa entre US\$ 1,6 trilhão e US\$ 1,7

trilhão. Isso ainda a tornaria a maior empresa de capital aberto do mundo - superando a Apple -, mas fica muito aquém do valor de US\$ 2 trilhões pretendido pelo príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman.

Inicialmente, o príncipe Mohammed queria vender até 5% da empresa. Embora ainda pretenda buscar os investimentos das principais instituições estrangeiras, a Aramco agora vai reduzir seu giro internacional, que não incluirá mais viagens aos Estados Unidos ou ao Japão.

Em vez disso, a oferta pública inicial vai contar pesadamente com a demanda de investidores de varejo domésticos, bem como de fundos sauditas, investidores regionais e outros fundos soberanos. Autoridades sauditas visitaram a China e a Rússia nas últimas semanas, em uma tentativa de confirmar a demanda de países que têm interesse em aprofundar os laços com o reino rico em petróleo.

Um banqueiro que participa da negociação disse que na verdade a entrada na Bolsa de Valores tornou-se uma oferta inicial pública apenas no nome com essa redução nos esforços para atrair investidores estrangeiros. Ele acrescentou que as frustrações entre os consultores estavam fervilhantes depois que eles foram obrigados a esperar por horas no sábado por uma reunião importante com funcionários sauditas que durou apenas 10 minutos.

Ontem, a Aramco anunciou que a faixa de preço de suas ações será de 30 a 32 reais cada, o que equivaleria, na extremidade inferior, a uma abertura de capital abaixo dos US\$ 25 bilhões conseguidos pela oferta inicial pública recorde da gigante chinesa do comércio eletrônico Alibaba, em 2014.

A redução das metas sugere que o reino se curvou às preocupações dos investidores sobre o valor de US\$ 2 trilhões para a empresa, pretendido pelo príncipe Mohammed, a fim de conseguir concretizar a operação, mesmo que menor.

Na semana passada, consultores informaram as autoridades sauditas de que havia uma grande disparidade entre a demanda de investidores de varejo domésticos e a de instituições estrangeiras, segundo duas fontes familiarizadas com o processo. “O emissor expressou altos níveis de insatisfação com o que ouviu”, disse uma delas.

Mas o anúncio de uma faixa de preço - após meses de adiamento - é o mais longe que o reino já chegou na tentativa de colocar a Saudi Aramco no mercado de ações. Se tudo der certo, no próximo mês a empresa pode ter acionistas não-governamentais pela primeira vez em quase quatro décadas.

Os bancos nomeados para administrar a oferta apresentaram estudos com uma grande variedade de valores, de US\$ 1,1 trilhão até US\$ 2,5 trilhões, ressaltando

as dificuldades de chegar a um valor para a empresa que satisfaça tanto os investidores como as autoridades sauditas.

Instituições estrangeiras sugeriram que um valor de US\$ 1,2 trilhão a US\$ 1,5 trilhão seria mais realista para a empresa, que gerou US\$ 111 bilhões de lucro líquido em 2018, segundo banqueiros familiarizados com o processo.

O interesse institucional estrangeiro será limitado aos cerca de 1.500 investidores estrangeiros qualificados já capazes de negociar na Bolsa de Valores da Arábia Saudita ou aos indicados pela Saudi Aramco ou seus consultores e aprovados pela agência reguladora do mercado.

Os banqueiros sauditas informam que há uma demanda doméstica abundante pela emissão, com a pressão sobre famílias e instituições ricas para que peçam alocações de ações na extremidade superior da faixa de avaliação.

Também é esperada uma onda de investimentos de varejo para o 0,5% de ações destinado aos sauditas. Investimentos tornados mais atraentes pela emissão de ações extras de bônus para as pessoas de nacionalidade saudita e pelo amplo crédito bancário para alocações.

Um dividendo mínimo de US\$ 75 bilhões por ano que daria prioridade a acionistas não-governamentais e novos termos fiscais também estão entre as medidas adotadas para tornar a empresa mais atraente aos investidores.

O processo de “bookbuilding” (recebimento de ofertas) começou ontem. As inscrições vão terminar em 28 de novembro para o varejo e em 4 de dezembro para instituições. O preço final das ações será anunciado em 5 de dezembro, justo quando os ministros de petróleo dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) se reunirão para decidir a política de fornecimento de petróleo para o ano que vem.

A privatização parcial da Saudi Aramco é um teste decisivo para o ambicioso programa de reformas econômicas do príncipe herdeiro, que tem o objetivo de reduzir a dependência econômica do reino em relação ao petróleo.

A venda de uma participação na Saudi Aramco pode pressagiar um plano de privatização mais amplo para os ativos do reino, já que o país tenta estimular o crescimento não ligado ao setor petrolífero e criar empregos para os jovens.

O príncipe Mohammed tem sido entusiástico ao retratar a venda de ações como um meio pelo qual o investidor médio saudita pode passar a possuir uma parte da joia da coroa do país, na expectativa de garantir uma vitória política em casa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De Buenos Aires****Título: Avanço da China preocupa executivos de siderúrgicas da AL**

O risco de um maior ritmo de desindustrialização na América Latina está cada vez mais iminente e é causa de preocupação de grandes executivos de companhias siderúrgicas da região. Máximo Vedoya, CEO mundial da Ternium e presidente da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), disse, durante o congresso da entidade, na semana passada, que o caso mais emblemático é o do Brasil, que em menos de 40 anos viu a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) reduzir mais 20 pontos percentuais.

“O mundo ocidental está sofrendo com a desindustrialização e a América Latina não está imune a isso. O caso mais preocupante é do Brasil que saiu de uma participação da indústria no PIB de 33% em 1980 para 9% no ano passado”, disse Vedoya.

Em menos de 40 anos, a participação da indústria no PIB do Brasil recuou mais de 20 pontos percentuais

Essa paralisação de segmentos industriais na região tem nome, segundo Vedoya. A China, que durante muito tempo foi o indutor do crescimento da região, com a importação principalmente de commodities, agora é um grande competidor industrial e primariza as economias da América Latina. “Se exporta basicamente minério de ferro, petróleo e produtos agrícolas para a China e os países da região importam produtos manufaturados. Isso promove a primarização das economias latino-americanas e, em consequência, a desindustrialização.”

Martín Berardi, presidente da Ternium Argentina e do congresso Alacero, ressaltou que as siderúrgicas da região enfrentam a concorrência da China que busca na América Latina um destino favorável para sua produção de aço. O país asiático enfrenta dificuldades em outras regiões por conta de medidas protecionistas.

“Não estamos procurando uma guerra comercial com a China como os Estados Unidos, que tem uma questão geopolítica importante. A América Latina não deve entrar nesse jogo”, disse Berardi. Ele afirmou que o que o setor siderúrgico busca é uma proteção para que os países possam competir em pé de igualdade com a China no comércio mundial. “Precisamos de uma articulação pública e privada para gerar emprego de valor na região. Isso ocorre no setor industrial.”

O presidente e CEO do grupo Techint, dono das siderúrgicas Ternium e Tenaris, disse, durante o congresso Alacero, que o processo de regionalização dos setores, que está acontecendo no mundo, pode ser uma oportunidade para as siderúrgicas latino-americanas. Segundo ele, essas medidas de proteção da economia adotadas por alguns países para frear o avanço do aço chinês faz com que os setores se voltem para dentro de “casa” investindo no aumento da produtividade.

“A China está perdendo a força. Ela foi muito importante para o crescimento da economia mundial a partir da crise de 2008, puxando principalmente as exportações de produtos primários de países como o Brasil. Agora, está mudando de passo, perdendo a força. Essa mudança de estratégia global para regionalização é primordial para a retomada da economia da região.”

Segundo ele, é necessário promover políticas que impulsionem as indústrias locais. “É uma oportunidade para voltar para boas políticas industriais, para recuperar a rentabilidade de nossas empresas. Nossa indústria [siderúrgica] prospera quando temos uma cadeia de valor forte no setor automobilístico, de linha branca, que estimulem o conteúdo local.”

O México, o principal consumidor de aço da América Latina, está analisando medidas junto ao novo acordo comercial com os EUA e o Canadá que devem trazer mais proteção contra o avanço chinês. Uma delas, de acordo com Vedoya, da Ternium, é a obrigatoriedade da indústria local consumir pelo menos 70% dos insumos produzidos dentro da região do “novo Nafta”.

“Viemos de dois anos de queda no consumo e a expectativa é crescimento de 2% no próximo ano. Há uma outra oportunidade enorme que é o novo acordo com os Estados Unidos e Canadá. O novo Nafta é, sem dúvida, melhor que o velho. Há medidas que podem melhorar o consumo no México, como a regra de conteúdo regional, que é cerca de 70% de regionalização nos produtos fabricados localmente.”

Esse novo acordo será uma oportunidade das siderúrgicas mexicanas aumentarem as vendas de aço no seu país, substituindo as importações que veem, principalmente, da China. Por ano, somente de aços planos, são importadas seis milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Importações de alumínio devem atingir 150 mil toneladas este ano

As importações de alumínio semi-manufaturados estão em franca expansão pelo Brasil. No ano passado, as compras de chapas, folhas e perfis chegaram a 110 mil toneladas. Em 2019, esse volume deve saltar para 150 mil toneladas.

O presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Alumínio (Abal), Milton Rego, disse, ao **Valor**, que com a maior parte desse metal importado vem da China, pois, com as restrições comerciais impostas ao produto chinês em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, o escoamento da produção é feito em economias sem salvaguardas.

“Hoje, há um excesso de capacidade instalada no mundo de 2,5 milhões toneladas e isso na China. Eles produzem muito mais que o consumo interno e o restante é exportado. Por isso, não me surpreenderia se o ritmo de importação de alumínio chinês pelo Brasil permanecesse o mesmo em 2020”, disse Rego.

Segundo ele, o Brasil é importador também de alumínio primário, mas para suprir a produção de semi-acabados no mercado interno. Neste ano, de acordo com estimativas da Abal, essas compras devem girar em torno de 250 mil toneladas.

O consumo interno de alumínio neste ano, segundo Rego, deve voltar aos patamares de 2013, o melhor ano para o segmento. De acordo com as expectativas da Abal, as vendas internas devem girar em torno de 1,45 milhão de toneladas, alta de 9% em relação a 2018. Em 2013, o consumo aparente alcançou 1,51 milhão. “Esperávamos uma evolução maior no início deste ano, com alta de pelo menos dois dígitos.”

Para 2020, a estimativa da Abal é de um crescimento no consumo interno de 5%, alcançando um volume de 1,5 milhão de tonelada. “Estamos vendo uma recuperação dos mercados. Neste ano, o que sustentou o crescimento foi o segmento de embalagens. Bens não duráveis são menos impactados em crises econômicas. Já os setores de bens de capital e construção civil são os primeiros a sentir e os que tem a recuperação mais lenta. Mas, acreditamos que em 2020 a construção civil, principalmente, deverá apresentar crescimento.”

O dirigente ressaltou que a alta dos lançamentos de imóveis residenciais e comerciais neste ano deve se refletir no mercado de alumínio em 2020. “O alumínio é usado no acabamento da obra, demora mais um pouco para sentir essa melhora.”

Neste ano, a produção de alumínio deverá atingir 865 mil toneladas, alta de 8,5% no comparativo com 2018. Mas o dirigente ressalva que esse aumento foi em função da volta de parte da operação da Alunorte no Pará. “Esse crescimento se dá em razão de questões internas e não por melhora do mercado. Ainda temos paradas 300 mil toneladas no país sem previsão de volta da operação.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério de ferro em alta

Os contratos de minério de ferro negociados no porto chinês de Qingdao fecharam em alta, na sexta-feira, como consequência da demanda mais firme por produtos acabados de aço. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de pureza de 62% teve valorização de 1,94%, para US\$ 85,04 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Preço do etanol vai subir na entressafra, preveem usinas

Apesar das diferentes estratégias de comercialização de etanol adotadas até agora pelas empresas sucroalcooleiras listadas na B3 nesta safra (2019/20), todas acreditam que os preços do biocombustível, que já vêm registrado valores historicamente elevados em pleno período de safra, não deverão registrar a volatilidade inesperada observada na última entressafra, mas sim subir de forma sazonal nos próximos meses.

No ciclo passado (2018/19), os preços do etanol recuaram nos primeiros meses após encerrado o período de moagem de cana, algo fora da tendência sazonal. O movimento de então refletiu o efeito da queda do petróleo sobre os preços da gasolina no Brasil e o consequente desespero de alguns players do segmento, que preferiram desovar o biocombustível que haviam carregado em seus estoques, o que gerou forte volatilidade de preços no período.

Em teleconferência sobre os resultados da Cosan, Phillipe Casale, gerente de executivo de relações com investidores da companhia - que é dona de 50% da Raízen -, observou que os preços do etanol “reagem de forma melhor” depois do fim da safra e ressaltou que a demanda doméstica pelo hidratado “está bastante alta”. “Teremos resultados melhores até o fim da safra”, afirmou.

A Raízen Energia alocou menos etanol produzido até agora para vender nos últimos dois trimestres da safra: no fim do segundo trimestre, havia em seus estoques 1,2 bilhão de litros, queda de 8,4% ante o mesmo período da temporada passada. Porém, a companhia só havia moído 47,4 milhões de tonelada de cana nos dois primeiros trimestres, enquanto a estimativa é de que o volume a ser processado até o fim da temporada alcance 61 milhões de toneladas, como indicou Casale, o que deverá aumentar a produção nos próximos meses.

A percepção de que os preços podem aumentar mais é compartilhada pelo Grupo São Martinho, embora a percepção da companhia é de que há limitações. Também em teleconferência com analistas, Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores, disse que o preço do hidratado ainda está abaixo do patamar de paridade ante a gasolina no país e, por isso, tende a subir na entressafra.

Porém, Vicchiato avaliou que o espaço para essa elevação não é muito grande porque, embora o consumo esteja forte, “os estoques hoje estão 5% acima do que um ano atrás”. “Não esperamos que o preço continue subindo de maneira muito expressiva nos próximos meses, nem na entressafra”, afirmou ele. “Tem bastante estoque para absorver”, acrescentou. A São Martinho detinha em estoque R\$ 1,5 bilhão em produtos (açúcar e etanol) no fim do segundo trimestre da safra, que deverão ser convertidos em caixa nos dois próximos trimestres.

A Biosev também aposta em um aumento dos preços de etanol mais ordenado nesta entressafra. “Estamos altistas e com estoque alto, igual ao ano passado”, mesmo sem a produção das duas usinas do Nordeste que foram vendidas, observou Dorothea Soule, diretora comercial da companhia, em entrevista ao **Valor**.

Para a executiva, o risco para os preços do etanol nesta entressafra vem da combinação entre petróleo e câmbio. “Mas, em paridade, temos a expectativa de que o aumento de preço vai continuar nos próximos meses, como nas últimas semanas”, afirmou.

A Biosev, controlada pela Louis Dreyfus mantinha em seus estoques no fim do segundo trimestre 420 milhões de litros, 8,4% menos que um ano antes. Porém,

mais produção deve vir pela frente, já que a moagem de cana havia alcançado 22,7 milhões de toneladas - na safra passada, a companhia encerrou a moagem em 29 milhões de toneladas, embora contabilizadas as duas usinas do Nordeste que foram vendidas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2019

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo Anne Warth /BRASÍLIA

Título: Subsídio a painéis solares chegará a R\$ 1 bi em 2 anos

Agência reguladora do setor de energia aponta que valor equivale ao gasto com benefício a consumidores de baixa renda no Nordeste

O custo dos subsídios concedidos a usuários de painéis solares chegará a R\$ 1 bilhão em 2021, mesmo valor destinado hoje ao programa para bancar tarifas mais baixas no Nordeste. Os cálculos são da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que quer reduzir os subsídios para quem produz sua própria energia. Os dois benefícios estão embutidos na conta de luz de todos os brasileiros. No ano que vem, os consumidores poderão ter que pagar o valor recorde de R\$ 20,6 bilhões para bancar ações e subsídios relacionados ao setor elétrico. O programa Tarifa Social concede descontos de até 65%, mas os consumidores precisam comprovar ter baixa renda para recebê-los. No Nordeste, 5 milhões de famílias são beneficiadas.

Por ano, cada família recebe, em média, R\$ 200 de subsídio. Já para instalar painéis solares, é o contrário: é preciso ter dinheiro. Um sistema residencial tem custo inicial de cerca de R\$ 15 mil. Hoje, há 180 mil unidades de consumo beneficiadas, e cada uma recebe, em média, R\$ 2.222 de subsídio ao ano. Atualmente, o subsídio dado a essa energia é de R\$ 400 milhões, e esse custo é bancado justamente pelos consumidores que não têm painéis solares em suas casas. Com um crescimento exponencial nos últimos anos, a previsão da Aneel é que esse número chegue a R\$ 4 bilhões em 2027.

Revisão. Enquanto a agência se prepara para revisar as regras de incentivo a essa energia, parlamentares trabalham para que eles se tornem definitivos. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) já indicou que acompanha o debate de perto. Foi a própria Aneel que introduziu, em 2012, os benefícios ao setor. O intuito foi o de incentivar a instalação dos painéis solares – na época, muito caros. Com o ganho de escala, o custo do sistema caiu. Hoje, esses usuários conseguem obter uma redução de 80% a 90% em suas nas contas de luz. “O modelo não é sustentável. Ele transfere custo para aqueles consumidores que não possuem a

geração distribuída em suas residências”, disse o diretor Rodrigo Limp, relator do processo na Aneel.

A proposta da agência está em consulta pública, e a intenção é que o novo modelo entre em vigor em 2020. Para o setor, a revisão da forma como proposta pode inviabilizar sua produção. O receio em comum uniu várias empresas e associações num único movimento, cunhado de “Sou Mais Solar”, que tem a participação da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Entre os parlamentares, o slogan da campanha pegou: eles acusam a Aneel de querer “taxar o sol”.

Em um mês, a agência já foi chamada a dar explicações no Congresso em pelo menos três ocasiões. O deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) é um dos defensores do setor. “O Brasil é o País do sol. Temos de incentivar o uso dessa energia”, disse. Já o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) apresentou um projeto de lei que institui descontos expressivos na tarifa dos micro e minigeradores de energia.

Bolsonaro. Até mesmo o presidente Jair Bolsonaro entrou na discussão. Em viagem a Pequim, ouviu reclamações sobre a proposta da Aneel do empresário Adalberto Maluf, diretor de marketing da BYD, empresa de tecnologia chinesa com fábrica no Brasil. Segundo Maluf, ele integrou a missão à convite da Apex, agência de promoção a exportações. No Twitter, em três postagens publicadas em novembro, Bolsonaro disse que o governo está trabalhando com a Aneel para “estimular a geração de energia solar, sem taxar o usuário”. Bolsonaro frisou que a revisão das regras estava prevista pela agência desde 2015, “governo Dilma”. Para Maluf, o recado foi claro. “O que eu li: o presidente está dizendo que quer uma política pública para fomentar a energia solar”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2019

Seção: Economia

Autor: A.P. e A.W. BRASÍLIA

Título: Mudança em regra pode colocar freio à expansão do setor

Entendimento atual da Aneel é que benefício a fontes renováveis onera conta de energia da população mais pobre

Desde que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regulamentou a geração própria de energia, o modelo vem crescendo no Brasil. Para o setor solar, esse movimento pode ser estrangulado, se a agência aprovar as novas regras. Especialistas, no entanto, argumentam que o subsídio dado onera os

mais pobres e aumenta os custos das distribuidoras. Para incentivar a geração própria, a agência criou em 2012 um sistema de compensação: quando a energia gerada for superior à consumida, o usuário fica com uma espécie de crédito a ser utilizado para diminuir a fatura em meses seguintes. Para que esse sistema funcione, eles precisam estar conectados à rede de distribuição.

O valor pago por esses consumidores às distribuidoras é a diferença entre o que foi gerado e o que foi consumido. Os que geram mais do que consomem apenas pagam uma taxa mensal de cerca de R\$ 50. Para a Aneel, esses produtores precisam começar a pagar pelo custo de uso da rede, assim como pelos encargos setoriais, como todos os outros consumidores no País. O setor, no entanto, não concorda com a agência reguladora. Presidente da Faro Energy, Pedro Mateus diz que a empresa já investiu R\$ 250 milhões no Brasil em energia solar e projetava injetar mais R\$ 300 milhões em dois anos. Agora, o investimento entrou em compasso de espera, já que a proposta da Aneel, na avaliação dele, torna o modelo “inviável”.

Boletim publicado pela Consultoria Legislativa do Senado ressalta as distorções do modelo atual e afirma que ele se sustenta em um subsídio que onera a população mais pobre. “O conceito moderno de sustentabilidade incorpora o aspecto social”, diz o documento, assinado pelo consultor Rutelly Marques da Silva. “A preservação ambiental não deve ser um mecanismo de transferência de renda dos mais pobres para aqueles de maior renda.” O presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso, avalia que os custos das distribuidoras devem ser cobrados dos donos dos painéis – já que eles dependem dos serviços dessas empresas. “Se esses usuários colocassem baterias e quisessem de desconectar da rede, eles não utilizariam a rede e, portanto, não haveria esta discussão”, disse. Hoje, no entanto, o custo das baterias não compensa esse investimento. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2019

Seção: Economia

Autor: Paulo Pedrosa

Título: Gerando problemas e distribuindo custos

Energias renováveis, interconexão e diversidade são o presente e o futuro da energia elétrica. As novas tecnologias deslocam o poder dos governos e dos agentes do mercado para as pessoas. Muito em breve, um consumidor produzirá sua própria energia com painéis solares. Com ela, poderá abastecer a bateria de seu carro híbrido, que fornecerá energia para a casa em dias sem sol. Os excedentes serão vendidos em momentos em que a energia estiver cara. E as redes interconectarão todos os consumidores, que poderão acionar “Itaipus” virtuais formadas por milhares de pequenos geradores.

Do mesmo modo, o consumo será controlado remotamente, reduzindo momentaneamente a demanda de aparelhos de ar condicionado, por exemplo. No Brasil, essa mudança assusta e ameaça muita gente, em especial os que temem perder poder e dinheiro. Falando em nome de consumidores e da sociedade, há vendedores que defendem o futuro com jeito de passado: reservas de mercado, subsídios, cotas, e proteções que marcam a história do setor de energia. Os que não querem o caminho da competição e da eficiência assumem discursos falsos e constroem alianças para capturar o benefício da inovação que deveria ser dos consumidores.

É o caso de geradores de energia incentivada ou da geração distribuída remota, em fazendas solares, que entregam energia a pequenos consumidores por preços até 6 vezes superiores ao do mercado. A notícia para os governos que consideram inesgotável a capacidade dos consumidores em pagar impostos e encargos que custeiam políticas públicas e para os agentes que alugam ativos e não querem correr riscos é que o modelo que serve a interesses específicos está esgotado. Foi assim que criamos uma conta de energia cara, em que mais da metade está composta por encargos, taxas, subsídios e impostos. Apegar-se ao passado é caminhar para a ruptura, com consequências imprevisíveis para a economia.

O setor de energia não é um fim em si nem um meio para resolver os problemas do País. A agenda de modernização e simplificação deve recuperar a lógica econômica e promover o poder dos consumidores. É necessário cortar privilégios e subsídios e devolver ao Tesouro o custo de políticas públicas, desmascarando assim os movimentos que fazem do Brasil o País da energia barata e da conta cara.

É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES DE ENERGIA (ABRACE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: Universidade diz ter achado navio suspeito

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) informou ontem ter identificado o navio que seria responsável pelo vazamento de óleo no litoral do nordeste. O nome da embarcação e a sua bandeira não foram divulgados, mas não se trata de nenhuma das cinco apontadas pela Marinha como as principais suspeitas pelo derramamento. O cargueiro teria partido da Ásia em direção à África. O coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de

Satélites (Lapis) da Ufal, Humberto Barbosa, afirmou que os dados coletados serão encaminhados ao Senado Federal no próximo dia 21, quando haverá uma audiência pública da comissão externa que acompanha as investigações.

Na última sexta-feira, 15, o Lapis conseguiu identificar uma nova imagem do satélite Sentinel- 1A, do dia 19 de julho deste ano, que revela uma mancha de óleo com cerca de 25 quilômetros de extensão por 400 metros a 26 quilômetros do litoral da Paraíba. O Lapis já havia identificado, a partir de imagens de três satélites (Sentinel 1-A, Aqua-Modis e NOAA-20) feitas em 24 de julho, uma grande mancha a 40 quilômetros do litoral do Rio Grande do Norte. “Já havíamos definido um padrão, um protocolo, em função da imagem do dia 24 de julho”, explicou Humberto Barbosa. “Foi assim que encontramos uma nova mancha no litoral da Paraíba, no dia 19 de julho, que nos levou a definir uma primeira embarcação suspeita.”

A partir dessas imagens, o laboratório rastreou todos os navios- tanques que transportavam óleo cru nessas datas e passaram pela costa do nordeste. No total, os pesquisadores constataram que 111 navios navegaram por lá com essa carga. De todas as embarcações analisadas, concluiu-se que apenas uma delas apresentava indícios de ter sofrido algum incidente durante o trajeto que justificasse um grande vazamento de óleo. Normalmente, a embarcação navega com o transponder ligado, indicando sua localização ao longo de todo o percurso. No entanto, entre o dia 1º de julho e 13 de agosto, navegou com o equipamento desligado.

Quando passou pelo Oceano Atlântico, a embarcação seguiu um trajeto incomum e fez uma manobra que indicaria uma mudança de trajetória, justamente na altura do litoral do Nordeste. “O percurso mostra uma alteração na direção do navio, indicando um comportamento suspeito ou um grande problema mecânico”, afirmou Humberto Barbosa. “Mas é claro que ainda será necessário aprofundar essas investigações.” O navio possui capacidade de carga duas vezes maior do que o Bouboulina – navio grego apontado pelo governo como o principal suspeito –, o que justificaria as seis mil toneladas de óleo já retiradas das praias. A Marinha havia descartado a imagem do dia 24 de julho como sendo de algas e não de óleo. Sobre a nova imagem, não foi divulgado ainda nenhum comunicado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: MESMA HISTÓRIA

PAINELS.A

De novo, o governo colocou em vigor a tabela do frete, suspensa desde julho. A resolução, publicada na terça-feira (12), agitou os grupos de WhatsApp formados por caminhoneiros.

BARRIL DE PÓLVORA

Entre mensagens de motoristas que afirmam se sentirem traídos, o líder Marconi França enviou áudios aos colegas dizendo que foram tratados como trouxas e que o governo só tinha suspenso a tabela para ganhar tempo. O caminhoneiro já fala em greve neste ano.

TARTARUGA MARINHA

A CVC citou as manchas de óleo no Nordeste em sua divulgação de resultados do terceiro trimestre, mas o vazamento, na prática, não teve impacto no período, afirma a empresa. Sinais da poluição apareceram em 30 de agosto, mas a tragédia levou tempo para chegar ao conhecimento público.

Praia limpa

A empresa vê 2019 como desafiador. Arcou com reembarques e reembolsos dos clientes que perderam viagens agendadas com a Avianca, mas diz estar elevando investimentos em tecnologia, fazendo gestão austera de gastos e de capital de giro.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: China com realismo

Exageros retóricos à parte, Brasil acerta no pragmatismo nas relações com país asiático

O presidente Jair Bolsonaro tem adotado uma postura pragmática ao tratar com a China, felizmente. No encontro de cúpula do Brics, em Brasília, intensificou negociações para aprofundar laços econômicos e se recusou a tomar partido na disputa comercial entre o gigante asiático e os Estados Unidos.

Esse realismo nas relações com o maior parceiro comercial do país é bem-vindo e pode abrir caminho para boas oportunidades em comércio e investimento.

Em 2018, as compras chinesas chegaram a US\$ 63,9 bilhões, 26,7% das exportações totais do país, quase inteiramente em produtos primários como soja e minério de ferro. Num momento em que as tensões comerciais travam a importação de produtos agrícolas americanos, o Brasil pode se consolidar como o maior fornecedor.

A gripe suína, que dizimou 40% do rebanho chinês e fez disparar os preços, também deve permitir sensível aumento das vendas. Às vésperas da reunião do Brics, Pequim habilitou mais 13 frigoríficos brasileiros para exportação.

Do lado dos investimentos, os chineses já são grandes participantes na área de infraestrutura, principalmente em geração e transmissão de energia. Os aportes devem crescer, conforme o programa de concessões ganhe velocidade.

Recorde-se ainda a participação minoritária de estatais chinesas que evitou vexame ainda maior no leilão de petróleo da camada do pré-sal. As relações vêm se intensificando com consistência.

A nota dissonante veio do ministro da Economia, Paulo Guedes. Em mais um de seus já rotineiros exageros retóricos, afirmou durante o encontro que estaria em conversas com a China para a celebração de um acordo de livre-comércio, para logo em seguida recuar.

Evidente que aprofundar relações é do interesse do Brasil. A busca por vendas brasileiras de maior valor agregado também deve ser um objetivo. A contrapartida será maior acesso de produtos chineses ao mercado brasileiro.

Embora a abertura seja desejável para que o país possa incorporar tecnologia, ainda há muito o que fazer para reforçar a competitividade brasileira. Sem isso, o impacto inicial seria doloroso em excesso para setores nacionais.

Cumpra, por exemplo, avançar na reforma tributária, de modo a simplificar a cobrança de impostos sobre bens e serviços e harmonizar as regras brasileiras com a melhor prática internacional.

O Brasil, um dos países mais fechados do mundo, certamente tem a ganhar com maior integração nas cadeias de produção e comércio globais. A transformação requer coragem e implica custos, mas constitui estímulo fundamental à produtividade da economia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 18/11/2019****Seção: Poder****Autor: Reynaldo Turollo Jr.****Título: Caso no STF sobre posto de combustível leva a julgamento tenso à Procuradoria**

Supremo discutirá limites para compartilhamento de dados sigilosos para fins de investigação penal

Brasília- Uma apuração da Receita sobre um posto de combustíveis que teria sonegado impostos em 2003, no interior de São Paulo, está na origem do processo que o STF (Supremo Tribunal Federal) vai julgar na quarta (20). O julgamento se tornou um dos mais polêmicos e politizados do ano por causa de duas decisões do relator, o ministro Dias Toffoli.

Na primeira, de julho, Toffoli, que preside a corte, atendeu a um pedido do senador Flávio Bolsonaro (eleito pelo PSL-RJ). No âmbito desse processo, paralisou todas as investigações pelo país que usaram, sem autorização judicial prévia, dados detalhados de órgãos de controle — como a Receita e o antigo Coaf (hoje Unidade de Inteligência Financeira, a UIF).

A decisão beneficiou Flávio, que era investigado pelo Ministério Público do Rio sob suspeita de desviar parte dos salários de funcionários de seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa fluminense.

A apuração envolvendo o senador partiu de um relatório do Coaf que apontou movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão nas contas de seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

Na segunda decisão, do final de outubro, Toffoli determinou que a UIF enviasse ao STF cópias de todos os relatórios de inteligência financeira (RIFs) dos últimos três anos.

A UIF respondeu com um alerta sobre a abrangência da determinação: os 19,4 mil relatórios que Toffoli passou a acessar no sistema do órgão envolvem dados sigilosos de cerca de 600 mil pessoas, muitas delas expostas politicamente e com foro especial.

O caso concreto que vai a julgamento na quarta-feira é um recurso extraordinário apresentado pelo Ministério Público Federal contra uma decisão do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), sediado em São Paulo, que anulou a ação penal em que os donos do posto de combustíveis eram réus.

A defesa dos donos do posto alegou que a Receita repassou aos procuradores, sem autorização judicial, dados bancários que tinham sido obtidos em uma fiscalização legítima, o que gerou a nulidade.

A discussão no plenário vai além do caso concreto e deve se debruçar sobre teses. Os ministros discutirão se deve haver limites para que os órgãos de controle compartilhem dados com o Ministério Público e com a polícia para fins de investigação penal, e eventualmente fixar esses limites.

“Hoje, o tema é maior tanto objetivamente — porque não se trata mais só do repasse de informações pela Receita, mas também pelo Coaf e pelo Banco Central — como subjetivamente, porque não se trata mais de um conjunto de pessoas anônimas, mas há certamente uma preocupação muito grande por envolver o filho do presidente”, disse o advogado Gustavo Badaró.

Ele fará sustentação oral no Supremo como representante do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), admitido no processo como “amicus curiae” (amigo da corte, em latim).

“O sigilo bancário está incluído no direito constitucional à privacidade e, como todo e qualquer direito constitucional, pode sofrer uma restrição, legitimamente, desde que haja uma apreciação judicial do caso concreto. Quer investigar uma pessoa? Peça justificadamente ao juiz”, defende Badaró.

Para ele, a decisão de Toffoli de requerer acesso a todos os relatórios do Coaf e a todas as representações fiscais da Receita elaboradas nos últimos três anos acabou mostrando para a opinião pública, indiretamente, a relevância do direito ao sigilo bancário.

“Até então, quem era a favor do Bolsonaro tendia a dizer que era um absurdo [o Coaf] poder dar esses dados. Quem era contra, dizia que pode dar os dados. Agora, com os dados de 600 mil pessoas, parece que a população como um todo, independentemente de viés ideológico, acordou para a importância disso.”

Na última quinta-feira (14), a Folha revelou a decisão de Toffoli de requerer cópias dos relatórios financeiros (do Coaf) e fiscais (da Receita). A justificativa do ministro era entender o procedimento de elaboração e tramitação dos relatórios. O STF não investiga o conteúdo desses documentos.

A ordem de Toffoli gerou apreensão no governo — pois há, nos relatórios, menção a membros da família Bolsonaro e a outras autoridades — e reação da PGR (Procuradoria-Geral da República).

Na sexta (15), o procurador-geral, Augusto Aras, pediu a Toffoli para reconsiderar sua decisão e abrir mão de acessar o teor dos relatórios, sustentando que a medida é desproporcional e põe em risco a integridade do sistema de inteligência financeira, “podendo afetar o livre exercício de direitos fundamentais”.

Para Aras, obter os relatórios foi uma medida “dispensável ao fim pretendido de conhecimento da metodologia empregada pela UIF”, o que poderia ser feito “de forma menos invasiva” ouvindo técnicos e especialistas, por exemplo.

Toffoli, porém, negou no mesmo dia o pedido de reconsideração e ampliou as informações requeridas. O presidente do STF disse para o Ministério Público Federal informar, “voluntariamente”, quais de seus membros estão cadastrados no sistema do antigo Coaf para ter acesso aos relatórios financeiros feitos nos últimos três anos.

Também determinou que a UIF informe quantos relatórios foram produzidos de ofício (sem provocação de outro órgão) e quantos foram elaborados a pedido do Ministério Público. O órgão tem até as 18h desta segunda-feira (18) para prestar as informações.

Uma das alegações da defesa de Flávio Bolsonaro, ao pedir para o STF a suspensão do inquérito no Rio, era que a Promotoria pediu informações diretamente ao Coaf, realizando uma quebra de sigilo bancário sem controle judicial.

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) expediu, em agosto de 2017, uma recomendação com os procedimentos que deveriam ser observados por promotores e procuradores ao utilizar relatórios do Coaf.

Os que chegassem espontaneamente deveriam ser registrados como “notícia de fato”, para gerar novas apurações, e os que fossem feitos por solicitação do Ministério Público deveriam ser “formalizados como diligência investigatória”.

Toffoli deseja saber se procuradores e promotores pediam e recebiam as informações dos órgãos de controle sem autorização da Justiça e em que extensão isso ocorria, para levar ao plenário.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: Imagem de satélite aponta outro navio suspeito por derramamento de óleo

Embarcação segue agora nova viagem e estará de volta ao litoral brasileiro esta semana

O Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) divulgou ontem uma nova imagem que pode ser determinante para chegar ao navio suspeito pelo vazamento do óleo nas praias do Nordeste e do Espírito Santo. Os pesquisadores levantaram a hipótese de que o crime ambiental foi cometido por um petroleiro que navegou entre a África do Sul e a costa norte da América do Sul com o aparelho que indica sua localização desligado, violando o direito marítimo internacional. A embarcação deve passar novamente pelo litoral brasileiro esta semana.

A imagem, encontrada na última sexta-feira, foi feita pelo satélite Sentinel-1A no dia 19 de julho. Nela, é possível ver uma mancha de óleo, até agora desconhecida, a 26 quilômetros do litoral da Paraíba. Teria, pelo menos, 26 quilômetros de extensão e 400 metros de largura.

Segundo o Lapis, o navio suspeito tem uma tonelagem bruta duas vezes maior do que o Bouboulina, apontado pela Marinha e pela Polícia Federal (PF) como o responsável pelo derramamento de óleo. Até agora, foram recolhidas mais de 6 mil toneladas de óleo nas praias, o que mostra o grande porte do navio responsável pelo incidente.

— Tínhamos a sensação de que o navio responsável pelo vazamento era um fantasma, porque estava com o transponder (o equipamento que indica a localização) desligado, mas que ele seria novamente acionado — revela o pesquisador Humberto Barbosa, coordenador do Lapis.

— Hoje ele está realizando a sua primeira viagem após o incidente, e segue seu itinerário normal. Já saiu da Ásia e, no momento, está na Guiana Francesa, indo em direção à Venezuela. Daqui a cinco ou seis dias estará na costa norte do Nordeste, retornando a um país asiático.

Segundo Barbosa, é possível que o navio esteja novamente transportando óleo cru. O pesquisador entregará seus estudos à Marinha — que, observa ele, é a responsável por decidir se alguma providência deve ser tomada. Sua equipe, porém, continuará monitorando a embarcação por satélite.

— Não vou divulgar publicamente qual é o navio ou sua bandeira, não posso me precipitar. (Os investigadores) Fizeram isso com a Boboulina e estavam errados. Mas vou passar todas as informações para a Marinha — explica Barbosa.

COMPORTAMENTO ESTRANHO

O Sentinel 1-A é o mesmo satélite que capturou uma mancha de óleo a 40 quilômetros de São Miguel do Gostoso (RN), visível na região no dia 24 de julho. Com a imagem, o Lapis concluiu que os cinco navios gregos investigados pela Marinha e pela PF, entre eles o Bouboulina, não seriam responsáveis pelo vazamento.

No novo estudo, os pesquisadores afirmaram que, “com base em dados de geointeligência marinha, cruzados com informações de satélites, o Lapis concluiu ter havido comportamento atípico, no percurso do navio, pela costa norte do Nordeste brasileiro, no período anterior a 28 de julho”.

A próxima etapa, então, foi analisar todas as imagens de satélites da região entre os dias 19 e 24 de julho, quando passaram ali 111 navios-tanque que transportavam óleo cru. Somente um, porém, apresentou evidências de que teria ocorrido um incidente.

Trata-se de uma embarcação que normalmente cumpre o trajeto entre um país asiático e a Venezuela, passando pela África do Sul, com o transponder ligado. No entanto, o navio cumpriu seu trajeto em julho às escuras. Sabe-se que ele deixou a Ásia no dia 1º de julho e que chegou à costa norte da América do Sul, possivelmente na altura da Guiana, no dia 28 do mesmo mês.

“Ele não parou em nenhum porto, continuou sem identificação regular e fez uma estranha manobra, que indica uma mudança de trajetória”, dizem os pesquisadores do Lapis.

Em seguida, a embarcação aproximou-se costa nordeste dos EUA, no dia 31 de julho, e rumou para a costa africana, passando perto de Serra Leoa no dia 9 de agosto. A partir do dia 13 de agosto, seguiu de volta à Ásia.

“O percurso mostra alteração na direção do navio, indicando um comportamento suspeito ou um grande problema mecânico”, alertou o levantamento do Lapis.

Em nota, a Marinha afirmou que segue diversas linhas de investigação, como o afundamento recente ou antigo de navios e o derramamento de óleo durante manobra de petroleiros.

MME / ASCOM .